

SUMÁRIO

AUTORES	V
APRESENTAÇÃO.....	XIII
CAPÍTULO 1 – PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO: INTRODUÇÃO	1
1.1 Processo tributário e instrumentalidade	1
1.2 Processo de positivação, ações e conflitos tributários	4
1.3 Medidas exacionais e antiexacionais: muito além das conveniências classificatórias	6
1.4 Sobre o processo indiretamente tributário	9
1.5 O conceito de processo e o cumprimento de sentença: possíveis impactos	13
1.6 Cooperação entre processo judicial e administrativo tributários	16

CAPÍTULO 2 – AÇÕES TRIBUTÁRIAS ANTIEXACIONAIS, PREVENTIVAS E REPRESSIVAS, E CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	21
2.1 Ações tributárias antiexacionais preventivas	22
2.2 Ações tributárias declaratórias negativas: aspectos procedimentais.....	24
2.3 Os meios repressivos de controle processual da legalidade tributária.....	26
2.4 Possíveis relações entre as ações anulatória de débito e executiva fiscal.....	29
2.5 Ação de consignação em pagamento tributária e depósito	34
2.6 Consignação em pagamento de tributo, coisa julgada e precedente divergente.....	39
2.7 O valor da causa e o processo tributário antiexacional	43
2.8 Valor da causa nas lides que tratam de questões colateralmente tributárias.....	48
2.9 Suspensão de processos x suspensão da exigibilidade	52
2.10 Prejudicial externa: suspensão temática de processos tributários	56
2.11 Julgamento antecipado parcial de mérito e o processo tributário antiexacional	60
2.12 Extinção parcial sem julgamento de mérito: sentença ou interlocutória?.....	64
CAPÍTULO 3 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	71
3.1 Mandado de segurança em matéria tributária.....	72
3.2 Mandado de segurança preventivo <i>versus</i> ação declaratória negativa.....	74

PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO

Estudos em comemoração aos 25 anos do grupo de pesquisa

3.3	Mandado de segurança repressivo <i>versus</i> ação anulatória de débito fiscal	78
3.4	Mandado de segurança e efeitos patrimoniais pretéritos	86
3.5	Desistência do mandado de segurança e os efeitos dela decorrentes	90
3.6	Autoridade coatora no mandado de segurança e teoria da encampação	95
3.7	Mandado de segurança e o foro competente para impetração	100
3.8	Mandado de segurança: honorários advocatícios e cumprimento de sentença	104
3.9	Mandado de segurança coletivo: alcance subjetivo da coisa julgada	108
 CAPÍTULO 4 – TUTELA PROVISÓRIA E PROCESSO TRIBUTÁRIO		115
4.1	Processo tributário e tutela provisória	115
4.2	Dobradinha de fundamento na tutela provisória no Código de Processo Civil/2015	118
4.3	A tutela provisória, o Supremo Tribunal Federal e a compensação	121
4.4	Concessão de tutelas provisórias para compensação tributária	125
4.5	Compensação tributária e tutela da evidência	130
4.6	Liminar em mandado de segurança x compensação óbice do art. 170-A do Código Tributário Nacional	134
4.7	A tutela provisória fundada na urgência e a contracautela no processo tributário	138

CAPÍTULO 5 – AÇÃO TRIBUTÁRIA ANTIEXACIONAL REPARADORA	143
5.1 Exigibilidade exaurida e tutela jurisdicional reparadora	143
5.2 O prazo para exigir a restituição do indébito tributário	145
5.3 Repetição de indébito no contexto dos tributos indiretos o art. 166 do Código Tributário Nacional	150
5.4 Ainda sobre recuperação judicial do indébito tributário: declaração do direito de compensar x precatório.....	155
5.5 A repetição de indébito tributário e a incorporação da pessoa jurídica	160
5.6 Eficácia da tutela reparadora produzida em ação antiexacional	165
5.7 Ação anulatória da decisão de “não homologação” da compensação	170
CAPÍTULO 6 – COISA JULGADA, SISTEMA DE PRECEDENTES E RESCINDIBILIDADE NO PROCESSO TRIBUTÁRIO	175
6.1 Jurisdição tributária e coisa julgada.....	176
6.2 Coisa julgada sobre a questão prejudicial no direito tributário.....	178
6.3 Coisa julgada sobre questão constitucional tributária	182
6.4 Coisa julgada sobre a decisão interlocutória de mérito na execução fiscal	186
6.5 Extensão objetiva da coisa julgada: limite contra terceiros processuais.....	190
6.6 É possível falar em precedente em matéria tributária com um Supremo Tribunal Federal volátil?	194

PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO
Estudos em comemoração aos 25 anos do grupo de pesquisa

6.7	Coisa julgada e rescisão com base em precedentes: um suscinto percurso histórico-crítico pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	201
6.8	Subtemas derivados dos julgamentos sobre a coisa julgada tributária	208
6.9	“Cumprimento administrativo” de sentença, sincretismo e o especial regime rescisório.....	213
6.10	A Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal e o futuro da ação rescisória em matéria tributária	219
6.11	Prazo para fazenda opor-se contra a sentença no caso de alteração jurisprudencial.....	225
 CAPÍTULO 7 – COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, MEDIDAS INDUTIVAS DO PAGAMENTO E DEFESA DO CONTRIBUINTE		233
7.1	A tutela jurisdicional executiva e a solução do conflito de inadimplência.....	234
7.2	A penhora de ativos financeiros, em execução fiscal, antes da citação.....	236
7.3	Controle de legalidade do crédito tributário como dever jurídico da administração tributária	241
7.4	O direito à celeridade na inscrição da dívida ativa	245
7.5	Execução fiscal, cobrança indireta, devido processo legal e desjudicialização.....	249
7.6	O peculiar sincretismo processual na cobrança do crédito tributário – hipótese: ação antiexacional e depósito em dinheiro do montante controvertido..	254
7.7	O peculiar sincretismo processual na cobrança do crédito tributário – hipótese: ação antiexacional e garantia por fiança bancária ou seguro garantia...	258

PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO

Estudos em comemoração aos 25 anos do grupo de pesquisa

7.8	Peculiar sincretismo e defesa do contribuinte – hipótese: impugnação rescisória em ação antiexacional improcedente.....	263
7.9	Ações antiexacionais excepcionalmente exacionais: a auto execução fiscal	267
7.10	Legitimidade passiva: contribuinte, responsável e o art. 4º da Lei de Execuções Fiscais	271
7.11	Redirecionamento da execução fiscal: não basta o mero inadimplemento	274
7.12	Entre o que se disse e o que se quis dizer: a Súmula 392 do Superior Tribunal de Justiça.....	279
7.13	Autoexecutoriedade e medidas indutivas de conduta do contribuinte.....	285
7.14	Medida indutiva de conduta e limite: intervenção patrimonial	288
7.15	Defesa em execução fiscal: exceção de pré-executividade ou embargos à execução?	293
7.16	As técnicas de defesa na execução fiscal: limites e conflitos.....	296
7.17	Prazo para oposição dos embargos à execução fiscal e Código de Processo Civil de 2015: dias úteis ou não? ..	301
7.18	Embargos à execução fiscal e compensação tributária	304
7.19	Ilegalidade da exigência de garantia integral em embargos à execução fiscal	308
7.20	Interlocutória antecipada parcial de mérito, execução fiscal e recurso	313
CAPÍTULO 8 – RECURSOS E PROCESSO TRIBUTÁRIO		321
8.1	Ações tributárias: jurisdição, delimitação da causa de recorrer e instrumentalidade	322

PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO

Estudos em comemoração aos 25 anos do grupo de pesquisa

8.2	Jurisdição tributária, instrumentalidade e acesso aos tribunais superiores.....	326
8.3	Instrumentalidade no plano recursal e a exigência de dialeticidade nos tribunais	330
8.4	Prequestionamento das questões jurídico-tributárias no âmbito recursal.....	334
8.5	As contrarrazões recursais e a sua (im)prescindibilidade	340
8.6	Conversão de embargos de declaração em agravo interno e prequestionamento	344
8.7	Impugnação dos capítulos autônomos de decisão monocrática de Tribunal	348
8.8	Impugnação à negativa de seguimento ao recurso excepcional	352
8.9	Apelação em mandado de segurança: como restaurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário outrora concedida?	358
8.10	Recurso especial nas tutelas provisórias e o (des)cabimento da Súmula 735 do Supremo Tribunal Federal	362
8.11	Recorribilidade da decisão sobre impugnação ao cumprimento de sentença	367
CAPÍTULO 9 – SOLUÇÃO DO CONFLITO TRIBUTÁRIO E AS VIAS ALTERNATIVAS AO PROCESSO JUDICIAL		371
9.1	Mutualidade de concessões na transação: empatia como diretriz pragmática	372
9.2	Direito, alteridade e transação tributária.....	376
9.3	Transação tributária e jurisdição voluntária: união de importantes institutos.....	380

PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO

Estudos em comemoração aos 25 anos do grupo de pesquisa

9.4	Sistema multiportas e a transação entre fisco e contribuinte	384
9.5	Transação do contencioso de relevante e disseminada controvérsia: moldura legal	388
9.6	Pode-se muito, mas não se pode tudo: transação tributária não é parcelamento	393
9.7	Transação e precatórios para pagamento ou amortização das dívidas tributárias	397
9.8	Limites do negócio jurídico processual: como avaliá-los?	401
9.9	O negócio processual na conformação do processo à vontade das partes.....	405
9.10	Prevenção de conflitos entre Fisco e contribuinte: a experiência capixaba.....	408
9.11	Pedido de revisão de dívida inscrita e processo tributário.....	411
9.12	PRDI: processo ou procedimento? Colocando pingos nos “is”	416
9.13	A revisão de dívida inscrita e o controle de legalidade do crédito tributário federal.....	420
9.14	Pedido de revisão de dívida inscrita e precedentes vinculantes	423
9.15	A imparcialidade do julgador no contencioso administrativo tributário	426
9.16	A verdade material no processo administrativo fiscal	433
9.17	Vinculação do Tribunal Administrativo e decisões transubjetivas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.....	438
9.18	Limites à cognoscibilidade no Processo Administrativo Tributário: tempestividade e preclusão	443
9.19	Transação tributária, possibilidade de rescisão e decisões do Supremo Tribunal Federal.....	447

CAPÍTULO 10 – TENDÊNCIAS PARA O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO	451
10.1 Reforma do contencioso administrativo tributário (parte 1).....	451
10.2 Reforma do contencioso administrativo tributário (parte 2).....	457
10.3 Reforma do contencioso administrativo tributário (parte 3).....	463
10.4 Contencioso administrativo tributário: entre agonia, ceticismo e esperança	468
10.5 Filtros de conteúdo para o processo administrativo tributário.....	478
10.6 Projetos de leis do processo tributário e o contencioso judicial tributário.....	483
10.7 Responsabilização tributária nos projetos de lei do contencioso judicial tributário	488